

Foi com certa trepidação, com o nervosismo que marca as grandes ocasiões, que brasileiros mais bem informados acompanharam as longas, recém-concluídas, negociações com o Clube de Paris.

As bolsas de valores encontraram mais um motivo para justificar seus momentos erráticos, a taxa de juro desceu menos do que podia ter descido e em Brasília se chegou a temer pelo pior, num momento em que o governo gostaria de contar apenas com boas novas.

Conseguiria o Brasil avançar no fechamento do círculo de acerto externo? A equipe econômica, equilibrada na precária estabilidade de uma inflação amarrada nos 25% ao mês, conseguiria colher o trunfo emergencial de um acordo com governos para os quais o Brasil nada vinha pagando desde 1989?

Para a opinião pública brasileira, a inesperada dificuldade em acertar os ponteiros com treze países credores trouxe sobressalto e ansiedade. Pelo que as próprias autoridades econômicas vinham declarando (e imaginavam), mais da metade do caminho para um consenso com o Clube já tinha sido obtida

# Realismo bem-vindo no acerto com o Clube

quando da assinatura do acordo com o Fundo Monetário Internacional. Os fatos provaram o quanto é perigoso formar juízos sem dispor de informações fidedignas.

Até 1982, quando eclodiu a crise da dívida, a menção a um Clube de Paris sugeriria, para o brasileiro médio, quando muito o nome de um cabaré.

Nesses dez anos até hoje, todavia, as vicissitudes provocadas pela indomável dívida externa colocaram o Clube numa posição de visibilidade que incomoda e constrange seus membros. Nas negociações agora terminadas com o Brasil, os sócios do Clube também deixaram claro que essa popularidade não implica "amaciamento" de critérios e subordinação dos interesses financeiros dos credores a justificativas políticas de ocasião.

Para o Brasil, o acordo obtido com o Clube de Paris foi um bom acordo. Não importa se, à luz de expectativas irrealistas, tal acor-

do parece menos favorável, duro mesmo, quando cotejado com aquilo que a numerosa delegação brasileira gostaria de ver aprovado em Paris.

Foi um bom acordo, pois é um acordo realista, ao contrário do assinado com o FMI, em que razões políticas de curto prazo prevaleceram sobre o bom senso financeiro e econômico.

O Brasil, que também tem assento no Clube de Paris como país credor — um total de US\$ 9 bilhões nos são devidos por países como Polônia, Nigéria, Costa do Marfim, Suriname e Angola —, deve-se dar por satisfeito, no caso como devedor de bom tamanho (a dívida com os membros do Clube é de US\$ 21 bilhões), em conseguir um acerto no qual a racionalidade compareceu sem timidez.

Estão certos o ministro da Economia e o presidente do Banco Central quando dizem que o acordo com o Clube pavimenta o cami-

nho para a completa normalização das relações do Brasil com seus credores internacionais, notadamente os bancos comerciais.

Haverá meios e modos, se acontecimentos futuros determinarem que o governo brasileiro não pode cumprir sua parte, de obter ajustes e correções incidentais de curso. O Clube, todavia, fez bem ao insistir em que o Brasil mantivesse de pé certas condições de pagamento acertadas numa rodada anterior de negociações em 1989. A favor do Brasil há ainda o fato de que o Tesouro não terá de alterar o fluxo de pagamentos acertado com o FMI, que totaliza a alocação de US\$ 11 bilhões para pagamentos a bancos privados e credores oficiais nos próximos dois anos.

Agindo assim, sinalizaram a importância, num momento em que um belo trabalho foi feito pelos negociadores brasileiros na frente externa, de que o Brasil mantenha coerência e disponibilidade de sacrifício, passando ao largo do paternalismo ao qual é tão fácil se submeter e tão difícil de se ver livre.